

## Relatório de Reunião Especial

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa**

### I – Apresentação

No dia 14/10/2019, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria e sua convidada, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, receberam Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

### II – Presenças

- Comissão de Agropecuária e Agroindústria: deputados Coronel Henrique (presidente), Inácio Franco (vice-presidente) e deputada Leninha (substituindo deputado Gustavo Santana).
- Outras presenças: deputadas Celise Laviola e Beatriz Cerqueira; deputados Antonio Carlos Arantes, Gil Pereira, Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão, Luiz Humberto Carneiro, Doutor Jean Freire, Roberto Andrade, Raul Belém e Professor Cleiton.

### III – Discussões

Os principais temas discutidos durante a reunião foram:

**1) Contratação de aprovados no concurso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG**

Durante a reunião os deputados ressaltaram a necessidade de contratação dos aprovados no concurso da Emater, homologado em dezembro de 2018. Desde o último concurso, realizado em 2004, vem ocorrendo redução do quadro de técnicos da empresa. Em paralelo, a secretária informou que está em discussão o lançamento de um plano de demissão voluntária – PDV – para viabilizar financeiramente a nomeação de novos técnicos. No entanto, ainda não há medidas efetivas que possam ser anunciadas, como formato e prazo para instalação do referido PDV, o que motiva requerimento de providências à secretaria.

#### **Compromisso e posicionamento da secretária**

Lançamento de PDV na Emater-MG com a finalidade de viabilizar financeiramente a nomeação de novos técnicos.

#### **RQN nº 3.486/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Seapa para que sejam promovidas soluções administrativas que viabilizem a nomeação dos aprovados no concurso da Emater-MG.

COMPROMISSO

REQUERIMENTO

## **2) Projeto Flores para Brumadinho e diversificação produtiva dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, no município**

Os deputados indagaram a secretária sobre o projeto Flores para Brumadinho, concebido com o objetivo de apresentar uma alternativa de diversificação da atividade produtiva da região atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos no município. A ação prevê a capacitação de produtores rurais e o desenvolvimento da cadeia produtiva da floricultura. Propõe ainda melhorias no processo de gestão das propriedades, adoção de boas práticas agrícolas e proteção ao meio ambiente, de forma a promover sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico.

Os parlamentares destacaram ainda a necessidade de se pensar em outras formas de diversificação produtiva dos municípios atingidos pelo rompimento, razão pela qual foi apresentado requerimento.

### **Compromisso e posicionamento da secretária**

A secretária informou que o projeto foi apresentado à Vale e está aguardando a análise do Ministério Público de Minas Gerais e da Defensoria Pública de Minas Gerais.

### **RQN nº 3.470/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Seapa para que seja elaborado plano de desenvolvimento rural sustentável para os municípios afetados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho.

### **3) Circuito Mineiro da Pecuária Leiteira**

A secretária deu explicações aos parlamentares acerca do desenvolvimento do programa de governo Circuito Mineiro da Pecuária Leiteira. A iniciativa objetiva promover a qualificação da produção leiteira no Estado e a integração do produtor com indústria, além de apoiar a implementação das novas regras estabelecidas nas Instruções Normativas nºs 76 e 77, de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

Ela destacou também o programa Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino de Minas Gerais (Pró-Genética/Pró-Fêmeas). Trata-se de uma política pública instaurada em 2007 com o objetivo de promover o aprimoramento do rebanho bovino no Estado e o consequente fortalecimento das cadeias produtivas da carne bovina e do leite. A secretária informou que será realizado em agosto o Seminário Técnico sobre o Pró-Genética e Pró-Fêmeas com o objetivo de socializar informações técnicas sobre a pecuária bovina e os procedimentos para a realização de feiras de touros e matrizes. Está previsto ainda um curso no município de Uberaba para treinamento de técnicos da Emater-MG e da iniciativa privada sobre o tema “Carne Bovina e Leite”, do programa Certifica Minas.

### **Compromissos e posicionamento da secretária**

Reinstalação do Conselho Estadual de Política Agrícola e nele, da Câmara Setorial da Pecuária Leiteira, estrutura institucional que deverá estruturar a realização do Circuito Mineiro da Pecuária Leiteira.

### **RQN nº 3.483/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências encaminhado à Seapa para que garanta o funcionamento e dinamize os trabalhos dos colegiados de controle social de políticas públicas no âmbito da secretaria.

COMPROMISSO

REQUERIMENTO

#### **4) Reservação de água pluvial em barragens**

Foi discutida a atuação do núcleo ambiental da Seapa, que vem atuando em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – na definição dos critérios para aprovar a construção e a regularização ambiental de barragens para reservação de águas pluviais. Esse trabalho deve ser traduzido em norma com a finalidade de tornar o processo mais razoável e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, estão previstas propostas para revisão do art. 3º, do Decreto nº 46.336, de 2013, para adequá-lo aos limites legais no que se refere às possibilidades de intervenção em áreas de preservação permanente.

Discutiu-se ainda a necessidade de abordagem do problema da disponibilidade de água superficial a partir de estudos individualizados de áreas de recarga e capacidade de infiltração de bacias hidrográficas, de forma a estimular ações sustentáveis de produção, reservação e uso dos recursos hídricos. Nesse âmbito, foi citado o projeto de construção de barraginhas e a adequação ecológica de estradas vicinais na região Noroeste de Minas, executado pela Seapa em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

Foram solicitadas, também, providências para que sejam realizados estudos em parceria com a Semad para a caracterização da capacidade de recarga hídrica e infiltração nas bacias hidrográficas em situação de conflito pelo uso da água, com a finalidade de estabelecer estratégias necessárias

ao restabelecimento do ciclo hídrico.

### **Compromissos e posicionamento da secretária**

Normatização de critérios para aprovação de construção de represas de reservação de águas pluviais e revisão do Decreto nº 46.336 de 16/10/2013.

COMPROMISSO

### **RQN nº 3. 514/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Seapa para que realize, em parceria com a Semad, estudos de caracterização da capacidade de infiltração e recarga hídrica nas bacias hidrográficas em situação de conflito pelo uso da água, com a finalidade de estabelecer as diretrizes de ações necessárias ao restabelecimento da normalidade hídrica nesses territórios.

REQUERIMENTOS

### **RQN nº 3.480/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Seapa para que sejam estendidas às demais regiões do Estado as ações de construção de barraginhas e de estradas ecológicas realizadas em parceria com a Codevasf na região Noroeste de Minas.

## **5) Prescrição intercorrente de créditos não tributários**

Houve questionamentos quanto à morosidade na análise das multas ambientais que, em consequência, causam prejuízos aos produtores rurais, por exemplo, na obtenção de crédito em instituições financeiras.

### **Compromissos e posicionamento da secretária**

Promover gestões para agilizar a análise desses autos de infração a fim de evitar esse tipo de prejuízo ao produtor rural.

COMPROMISSO

## **6) Regularização fundiária**

Tema também tratado no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, a regularização fundiária de áreas rurais demanda intensa atenção da Seapa. Foi debatida e reafirmada como elemento necessário à segurança jurídica e à consolidação da cidadania para a população rural, bem como condição para

a promoção de acesso às políticas públicas e à sucessão rural, problema contemporâneo de elevada relevância para a produção agrícola no Estado.

Em debate, a secretária confirmou o empenho da Pasta na promoção da regularização fundiária rural. Informou que pretende utilizar a experiência de mutirão de trabalhos realizada no Município de Rio Pardo de Minas para preparar a abertura de chamada pública para municípios com problemas fundiários, a fim de que sejam realizados mutirões com apoio das estruturas municipais.

No mesmo viés, foi ressaltada a urgência de solução social e jurídica para a retomada de posse e destinação das áreas de terras públicas arrendadas para empresas, com o propósito de implantação de empreendimentos de florestas plantadas com recursos de incentivos fiscais ao reflorestamento durante as décadas de 1960 a 1980.

#### **Compromisso e posicionamento da secretária**

Promover mutirões de regularização fundiária em parceria com poderes municipais.

#### **RQN nº 3.495/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – com vistas à reintegração de posse das áreas do Estado arrendadas para fins de exploração de florestas plantadas e à destinação dessas áreas para assentamento de trabalhadores rurais ou para alienação, com reinvestimento dos recursos em infraestrutura nas regiões ou municípios afetados por esses contratos.

COMPROMISSO

REQUERIMENTO

### **7) Programa Bolsa Verde**

Sobre a execução do programa Bolsa Verde, a secretária não soube informar seu *status* atual. A iniciativa foi implementada com a aprovação da Lei nº 17.727, de 2008, que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde. Por meio do Decreto nº 45.113, de 2009, que a regulamentou, foi nomeado e instalado um

grupo gestor que promoveu o lançamento do programa com editais e contratações nos anos de 2010 e 2011.

Com base no conceito de pagamento por serviços ambientais – PSA –, o Bolsa Verde apresenta uma mudança de paradigma para a gestão ambiental pública, uma vez que substitui os instrumentos de comando e controle por uma ação cooperativa na conservação, proteção e recuperação de áreas protegidas em estabelecimentos rurais. Portanto, faz-se necessária a melhoria das estratégias de financiamento do programa.

#### **Compromisso e posicionamento da Secretária**

Discutir com a Semad soluções para retomada do programa Bolsa Verde.

#### **RQN nº 3.461/2019 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)**

Pedido de providências à Seapa para que sejam realizados estudos em parceria com a Semad com a finalidade de buscar alternativas para a continuidade do programa Bolsa Verde.

COMPROMISSO  
REQUERIMENTO

### **8) Queijos artesanais de Minas**

Foram solicitadas informações sobre a regulamentação da Lei nº 23.157, de 2018, que dispõe sobre os queijos artesanais de Minas. Segundo a secretária, o decreto está em fase final de elaboração, cuja diretriz principal é a simplificação das normas sanitárias para reduzir o número de documentos a serem apresentados, adotar uma linguagem mais direta para o preenchimento do memorial descritivo e simplificar os Programas de Autocontrole, com a priorização do Procedimento Operacional Padrão de Higienização. Destacou que a conduta da fiscalização tem sido, prioritariamente, orientativa, de forma a repassar ao produtor as correções necessárias para atendimento às normas sanitárias.

### **Compromisso e posicionamento da secretária**

Publicação em breve do regulamento da Lei nº 23.157/2018.

COMPROMISSO

### **RQN nº 3.493/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências encaminhado à Seapa para que seja realizada a regulamentação participativa da Lei nº 23.157, de 2018, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais, de modo a considerar as possibilidades operacionais dos produtores de queijo artesanal do Estado.

REQUERIMENTO

## **9) Criação do Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijuco e da Prata**

Foi demonstrada preocupação quanto aos possíveis entraves ao desenvolvimento econômico de Ituiutaba, Campina Verde, Prata e Gurinhatã, a partir da criação do Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijuco e da Prata, unidade de conservação da natureza localizada entre os territórios desses municípios do Alto Paranaíba.

### **Compromisso e posicionamento da Secretária**

Verificação e estudo dos impactos socioeconômicos da unidade de conservação nos Municípios de Ituiutaba, Campina Verde, Prata e Gurinhatã.

### **RQN nº 3.508/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de informações à Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o impacto da criação do Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijuco e da Prata na atividade agrícola dos Municípios de Ituiutaba, Campina Verde, Prata e Gurinhatã.

COMPROMISSO

REQUERIMENTO

## **10) Possibilidade de dispensa de Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – para empreendimentos agrícolas**

Ao reafirmarem demandas apresentadas no 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza, parlamentares registraram a necessidade de se alterar o procedimento de licenciamento ambiental das atividades agrossilvipastoris, a fim de que seja admitida a dispensa da apresentação de EIA/RIMA, em especial nos casos de empreendimentos já implantados e sujeitos a procedimento de licenciamento corretivo ou mesmo quando da necessidade de revalidação de licenciamento concedido anteriormente. Tal exigência, por sua complexidade e elevado custo, tem conduzido empreendimentos que poderiam estar regulares à irregularidade ambiental e, por conseguinte, ao impedimento de obtenção de financiamentos agrícolas ou contratação de seguro rural.

### **Compromisso e posicionamento da Secretária**

A secretária concordou com a necessidade assinalada e afirmou que está aguardando a votação de projeto de lei federal que altere o procedimento de licenciamento ambiental.

COMPROMISSO

## **11) Alocação de recursos orçamentários para pesquisa agropecuária**

Os deputados manifestaram preocupação quanto à não alocação de recursos orçamentários para as atividades de suporte à pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig. Tal procedimento ameaça o relevante serviço prestado pela instituição no desenvolvimento de estudos para o aprimoramento tecnológico e na solução dos problemas e dos desafios do setor agropecuário mineiro.

Em termos gerais, sua folha de pagamentos fica a cargo do tesouro do Estado, e a empresa concorre a recursos da Fapemig e de outras agências de fomento para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Porém, não consegue obter recursos suficientes para a manutenção de atividades de suporte à pesquisa, como manutenção predial, de maquinário agrícola e de laboratórios, vigilância patrimonial e limpeza, reparação de infraestrutura de fazendas experimentais. Os gastos citados não podem ser supridos por recursos captados por meio de

projetos. Essa ausência de alocação de recursos para essas atividades de custeio ocorre desde o acordo de resultados assinado pela empresa com o governo do Estado, há cerca de uma década. Tal situação vem sendo debatida há alguns anos e é objeto de Propostas de Emendas Constitucionais desde 2014. Atualmente, tramita na Assembleia Legislativa a PEC nº 9, de 2019, que visa a direcionar 10% dos recursos constitucionais vinculados à Fapemig para o custeio da Epamig.

Com o intuito de amenizar o problema enfrentado pela Epamig, foi apresentado pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para alocação de recursos ordinários para atividades de suporte à pesquisa na Epamig, evitando a necessidade de tramitação da PEC nº 9/2019.

#### **Compromisso e posicionamento da Secretária**

A secretária ponderou sobre a falta de recursos da empresa e solicitou apoio dos parlamentares para a aprovação da PEC nº 9/2019.

#### **RQN nº 3.499/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – Seplag – e de Governo – Segov – com vistas à alocação de recursos ordinários para atividades de suporte à pesquisa na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, de modo a evitar que o atendimento dessa necessidade operacional dependa de intervenção na Constituição do Estado.

#### **RQN nº 3.476/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – com vistas a que o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a agricultura familiar seja adotado como objetivo central da pesquisa agropecuária no Estado.

COMPROMISSO

REQUERIMENTOS

## **12) Políticas para a Cafeicultura**

Em meio à crise que pressiona para baixo os preços do mercado interno e externo do café, o setor cafeeiro de Minas está em situação de alerta. Nesse contexto, diversos parlamentares ressaltaram a importância socioeconômica dessa cultura, da qual o Estado é o principal produtor no Brasil e no mundo, e cobraram novamente atuação da Seapa e do governo em geral na definição da política cafeeira do País, uma vez que a União, que é a gestora do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé –, é atora central de possíveis ações de intervenção no mercado, de definição de preços mínimos e de formação de política internacional para o produto.

A secretária reconheceu as dificuldades do setor, mas pontuou que as ferramentas da política cafeeira estão nas mãos da União, a exemplo da aquisição de estoques e do Prêmio de Escoamento de Produto – PEP – concedido em leilão ao arrematante que adquire e transporta o produto especificado nos avisos de leilões publicados no *site* da Conab, com definição de origem e destino da mercadoria, pelo preço mínimo fixado pelo governo. Solicitou apoio dos parlamentares para que haja maior proximidade entre o produtor e as instâncias de decisão sobre a aplicação dos recursos do Funcafé, que, segundo ela, já comporta saldo em torno de R\$6 bilhões. Por fim, recomendou cautela nas propostas de regulação de preços de mercado e apontou a importância das ferramentas citadas para os agricultores familiares.

A transferência de riqueza proporcionada pela política exportadora de grãos de café verde, ou seja, sem processamento industrial, foi ressaltada, tendo em vista que o parâmetro superior a 90% do valor gerado pela cadeia produtiva do café é agregado após a venda do grão. Os parlamentares, com destaque para os representantes oriundos do Sul de Minas, reafirmaram a necessidade de aprofundamento de políticas de industrialização e de melhoria da qualidade dos grãos colhidos, de forma a serem classificados como cafés especiais, o que tem forte relação com a obtenção de certificados, como os emitidos pelo Programa CertificaMinas.

### **Compromisso e posicionamento da secretária**

Demanda por apoio da ALMG nas gestões relativas à aplicação de recursos do Funcafé, sob controle da União.

### **RQN nº 3.490/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências ao Mapa para que sejam incluídos representantes de produtores rurais no grupo gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé.

### **RQN nº 3.507/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de informações à Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre as razões da ausência de alocação de recursos no Fundo Estadual de Café – Fecafé –, instituído pela Lei nº 20.313, de 2012

### **RQN nº 3.481/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências encaminhado à Seapa para que incentive o beneficiamento e a industrialização do café em território mineiro, bem como amplie a certificação de cafés especiais no Estado por meio do Programa Estadual de Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais – Certifica Minas.

## **13) Continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Parlamentares destacaram a necessidade de continuidade do PAA. A secretária informou que houve redução nos valores encaminhados ao programa, porém está sendo elaborado documento a ser apresentado ao Mapa, em que se demonstra a necessidade de manutenção do programa.

No primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza foi solicitado o incremento da aquisição direta de pescado da agricultura familiar por meio do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em resposta, a Seapa informou que regulamentará, por meio de decreto, a Lei nº 19.476/2011, a fim de permitir que mais estabelecimentos produtores de pescado possam se regularizar. Ademais, comprometeu-se a formalizar Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação – SEE – e a Emater-MG para solucionar problemas de volume e logística de entrega de produtos, por exemplo. Por fim, salientou que a Seapa está em contato com a SEE para

inserir o pescado nos editais e nos cardápios escolares. Quanto ao PAA, na modalidade compra com doação simultânea, informou que prevalece a aquisição de gêneros alimentícios *in natura*. Na modalidade compra institucional, o esforço se dá sobre grandes compradores (Forças Armadas, prefeituras e universidades) de forma a viabilizar a aquisição direta.

Desse modo, foram apresentados pedidos de providências para que o governo defenda no âmbito da administração federal a sustentação dos recursos destinados ao PAA e para que sejam envidados esforços a fim de se aprofundarem as ações de organização da produção com vistas à meta de destinação mínima de 30% dos recursos da alimentação escolar no Estado para aquisição direta de alimentos da agricultura familiar.

<p><b>Compromisso e posicionamento da secretária</b></p> <p>Compromisso de realização de esforços institucionais com foco na regularização e organização da produção com vistas ao estímulo à expansão dos mercados institucionais.</p>	<b>COMPROMISSO</b>
<p><b><u>RQN nº 3.491/2019</u> (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)</b></p> <p>Pedido de providências à Seapa para que aprofunde as ações de organização da produção com vistas a atingir a meta de destinação mínima de 30% dos recursos da alimentação escolar no Estado para aquisição direta de alimentos da agricultura familiar.</p> <p><b><u>RQN nº 3.625/2019</u> (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)</b></p> <p>Pedido de providências à Seapa para que defenda, diante da administração federal e da bancada parlamentar federal mineira, a manutenção, em valores, das dotações orçamentárias destinadas ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.</p>	

#### **14) Cooperagro e Agroecologia**

Foi destacada a importância de se agilizar a elaboração do decreto que implementa o Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar – Cooperagro –, como instrumento de potencialização das vendas diretas de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – no Estado, isto é, do acesso aos mercados institucionais.

Em decorrência disso, foi apresentado pedido de providências para que seja agilizada a elaboração do decreto que instituirá o Coperagro a partir das discussões desenvolvidas sobre o assunto no âmbito do Cedraf.

Ainda no bojo das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, foi demandada a execução de emendas ao orçamento público de 2019 oriundas do processo participativo de discussão do PPAG realizado em 2018 em ações que tenham como público-alvo esse segmento, como atividades voltadas ao fomento e à organização da produção e ao desenvolvimento e à divulgação das práticas agroecológicas.

#### **Compromisso e posicionamento da secretária**

Publicação, em breve, do decreto do Cooperagro, que está em elaboração.

A secretária informou ainda sobre a negociação de um Acordo de Cooperação entre a Seapa, a Emater-MG, o Sebrae, o Unicafes, a Ocemg, a SEDE e a Fetaemg para apoiar a implantação do programa.

#### **RQN nº 3.488/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Seapa com vistas a que seja agilizada a elaboração do decreto que instituirá o Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar – Cooperagro –, desenvolvido a partir de discussões realizadas no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedraf.

#### **RQN nº 3.497/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – com vistas à execução das emendas oriundas do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 (exercício 2019) relativas a políticas públicas de recursos hídricos e agricultura familiar.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

### **15) Aquicultura e Lago de Irapé**

Foi recorrente a demanda de providências de apoio à regularização ambiental de empreendimentos aquícolas no Estado, com a finalidade de desenvolver o potencial proporcionado pelas represas hidrelétricas e pelos cursos d'água de Minas Gerais. Houve ainda compromisso da secretária de acompanhar e apoiar a elaboração de lei para instituir a Política Estadual de Aquicultura. Parlamentares da região do Jequitinhonha destacaram-se a pouquíssima

exploração da lâmina d'água do lago da represa de Irapé pela atividade de aquicultura. De largo desenvolvimento em represas como as de Três Marias e de Furnas, a secretária ressaltou que a aquicultura está em início de exploração em Irapé, sob atenção da assessoria da Seapa especializada no tema.

#### **Compromisso e posicionamento da Secretária**

Apoiar a elaboração de lei para instituir a Política Estadual de Aquicultura.

Atuar no fomento à atividade de aquicultura na represa de Irapé.

#### **RQN nº 3.478/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Seapa para que sejam realizadas ações de fomento à atividade de aquicultura no lago da Usina Hidrelétrica de Irapé.

COMPROMISSOS  
REQUERIMENTOS

### **16) Política pública de Florestas Plantadas**

A discussão pública sobre a transferência da atribuição sobre a política pública de florestas plantadas da Semad para a Seapa tem origem na década de 1990, quando houve a mudança do Sistema Operacional da Agricultura – Soapa – para o Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. O órgão, criado originalmente para apoiar o desenvolvimento da silvicultura como atividade agrícola, passou a se ocupar de questões relacionadas à proteção e à conservação da biodiversidade, além do controle sobre o uso do solo rural no Estado. Nesse ínterim, tanto as receitas proporcionadas pela Taxa Florestal, quanto a lotação dos fiscais ambientais foram incorporadas às ações e dotações orçamentárias do Sisema, inclusive o controle sobre a transformação de madeira em carvão vegetal e sobre a origem da matéria-prima utilizada nesse processo, que pode ser oriunda do corte de árvores plantadas para esse fim ou do aproveitamento de material lenhoso derivado da alteração de uso do solo, autorizada legalmente pelo IEF/Semad, para fins de instalação de empreendimentos agrícolas.

Durante a tramitação da reforma administrativa, no início de 2019, a emenda parlamentar que transferia a política de florestas plantadas para a Seapa foi rejeitada por demandar ajuste entre as secretarias para proporcionar os recursos necessários à gestão de tal atribuição, posto se tratar de medida que exigirá atuação de polícia administrativa e, por isso, a alocação de recursos financeiros e de pessoal proporcionais ao esforço previsto na Seapa. À época ficou acertada a remessa futura de proposição do governador com a matéria, o que, não havendo até então ocorrido, foi questionado durante a reunião.

### **Compromisso e posicionamento da Secretária**

Posicionamento de cautela diante das responsabilidades operacionais e financeiras demandadas pela atribuição de gerir a política de florestas plantadas, e do reconhecimento expresso da pertinência da proposta considerando a caracterização típica da silvicultura como atividade agrícola.

### **RQN nº 3.484/ 2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria)**

Pedido de providências à Seapa e à Seplag, para que seja enviado a esta Casa projeto de lei para transferir a competência da gestão de políticas públicas de florestas plantadas da Semad para a Seapa, com a devida provisão de recursos financeiros e de pessoal.